RUPTURA POLÍTICA NO SUDÃO DO SUL: AS NAÇÕES UNIDAS E UM NOVO DESAFIO À SEGURANÇA HUMANA (2014-2018)

Daniel Mendes Aguiar Santos[1]

Introdução

Inserido na África Subsaariana, o Sudão do Sul obteve sua independência do Sudão em 9 de julho de 2011, após um conflito que durou mais de cinco décadas e que resultou em mais de dois milhões de mortos e milhares de deslocados internos. A independência foi o clímax de um longo processo de negociação, intermediado pela *United Nations Mission in Sudan (UNMIS)* desde 2005, entre o Governo de Cartum e o *South People Liberation Movement/Army (SPLM/A)*, grupo que capitaneou os anseios do povo da região Sul do então Sudão. A distensão do conflito viabilizou as condições para a preparação de um referendo que foi levado a cabo em janeiro de 2011, ocasião em que os habitantes do Sul decidiram pela separação (Maru 2014).

Após a independência, o Sudão do Sul passou a cobrir, oficialmente, uma área de 658 mil quilômetros quadrados, tendo a capital assentada na cidade de Juba, e experimentou um processo rápido, porém caótico, na tentativa de configurar suas instituições e seu estamento legal. Neste cenário, o *SPLM* passou a compor a base do jovem governo, enfrentando inúmeros desafios para consolidar a sua legitimidade e proporcionar o tão esperado bem-estar à população que, atualmente, reúne cerca de onze milhões de habitantes (Olowu 2011; Ensor 2013).

Neste diapasão, o Sudão ensaiou a adoção de uma postura cooperativa para com a jovem República do Sudão do Sul. Entretanto, pontos de fricção gerados pela demarcação das fronteiras, pelo uso das redes hidrográficas,

1 Doutor em Ciências Militares. Instituto Meira Mattos / Escola de Comando e Estado Maior do Exército, Rio de Janeiro, RJ. E-mail: daniel.saude@ig.com.br.

pela negociação da dívida externa e pela exploração econômica do petróleo deflagraram escaramuças entre os dois países (Freitas 2013).

À luz da fragilidade político-econômica em que o Sudão do Sul se encontrava, logo após a independência, o Conselho de Segurança das Nações Unidas adotou a Resolução nº 1996 (2011), ativando a *United Nations Mission in South Sudan (UNMISS)*, a fim de promover a segurança e as condições para o desenvolvimento da jovem nação. Neste esforço, a missão estabeleceu uma estrutura multidisciplinar, baseada na atuação interagências, integrando os seus componentes civil, militar e policial, tendo como prioridade do mandato a proteção de civis (United Nations 2011).

Pari passu, o Sudão do Sul, além de sofrer com os atritos pós-independência com o Sudão e com um quadro de subdesenvolvimento crônico, foi volatilizado por uma espiral de conflitos internos advinda de disputas pelo poder. Em dezembro de 2013, o embate entre o Presidente, Salva Kiir, e o Vice-presidente, Riek Machar, levou à ruptura do governo e à divisão das forças armadas em duas facções antagônicas. A seguir, a crise transbordou em um conflito, recrudescido pela violência intertribal, pela falta de infraestrutura e pela corrupção (Olowu 2011; Maru 2014).

Imersa neste novo desafio, a *UNMISS* dirige seus esforços para fazer os contendores negociarem a paz e, principalmente, para proteger civis. Para isso, o uso da força passou a ser modelado à luz de uma Estratégia de Proteção de Civis, nas dimensões política, física e social.

Este artigo tem como objetivo examinar o contexto da ruptura política ocorrida no Sudão do Sul, destacando os seus efeitos para a segurança humana no país e analisar a resposta das Nações Unidas, com enfoque na proteção de civis, no período 2014-2018. Sob este prisma, acolheu-se a hipótese teórica de que "[...] no âmbito de uma missão de paz das Nações Unidas, a aplicação de uma estratégia de proteção de civis corrobora com a segurança humana na região de crise e/ou conflito".

Neste esforço, após esta introdução, apresentam-se as considerações metodológicas acerca da investigação, seguidas por uma moldura teórica e conceitual que enquadra a análise. Na sequência, examina-se a ruptura política ocorrida no Sudão do Sul, destacando os seus efeitos para a segurança humana e, seguindo à questão central, analisa-se a resposta das Nações Unidas com enfoque na proteção de civis. Por fim, são apresentados os aspectos conclusivos, iluminados pela hipótese teórica.

Considerações Metodológicas

Para dar conta do objetivo desta investigação, elaborou-se um desenho de pesquisa baseado em uma perspectiva qualitativa, operacionalizado por meio de um método hipotético-dedutivo. Neste esforço, foram adotados dois conjuntos de técnicas de procedimento.

Em um primeiro momento, foram utilizadas as técnicas de pesquisa documental e bibliográfica, implementado um balanço da literatura. Neste sentido, foram exploradas fontes primárias e secundárias, utilizando a pesquisa eletrônica com base nos seguintes descritores: Sudão do Sul; ruptura política; Nações Unidas; segurança humana; proteção de civis; e uso da força. Como critérios de inclusão, foram consideradas as fontes publicadas em inglês, espanhol e português, no período de 2011 até os dias atuais, tomando o ano de 2011 como base por marcar a independência do Sudão do Sul (referência para o fluxo das informações oficiais acerca da República do Sudão do Sul). Adicionalmente, foram aplicados questionários abertos submetidos a *Experts* na Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul[2], abrangendo onze participantes – brasileiros e internacionais.

Em um segundo momento, implementou-se um estudo de caso, considerando que na dinâmica da ruptura política no Sudão do Sul "[...] os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos" (Yin 2001, 31). Assim, associou-se o *process tracing* (Bennett e Checkel 2015, 06), no intuito de iluminar a explicação histórica, não apenas como uma descrição de fatos, mas para apoiar a explicação de eventos que degradaram a segurança humana e geraram resposta da ONU.

Assentada nesta base metodológica, a investigação avançou utilizando o escopo da segurança humana e da proteção de civis, delineado na seção 3. De forma encadeada, foi mapeado o *status* da segurança humana e analisada a proteção de civis, identificando eventos críticos, deteriorações e contribuições ao longo do recorte temporal 2014-2018.

Moldura teórica e conceitual

O cenário mundial pós Guerra Fria passou a ser impactado por ameaças cada vez mais voláteis, potencializadas por uma multiplicidade de fricções intraestatais, implicando na sensação permanente de insegurança. Neste contexto, o

2 Tratam-se de civis, militares e policiais que possuem experiência de campo na *UNMISS*, no período 2011-2018.

ser humano e a sua proteção tornaram-se cada vez mais vulneráveis, instigando a discussão acerca da segurança e suas nuances (Williams 2008).

Evans e Sahnoun (2002) ressaltam que os insucessos das operações conduzidas pela ONU – na Somália (1992), em Ruanda (1994) e na Bósnia (1995) – acirraram a discussão acerca da intervenção humanitária, particularmente no que se refere ao princípio da não intervenção e aos possíveis limites da soberania de um Estado em face da violência perpetrada contra a sua população. Nestas ocasiões, as missões não foram capazes de proteger os civis da violência física iminente, implicando na morte de milhares de inocentes (Holt, Taylor e Kelly 2010).

Historicamente, a perspectiva da *Protection of Civilians (PoC)* nasceu no escopo dos horrores ocorridos nas guerras travadas nos séculos XIX e XX, entendida como o princípio de que os não combatentes devem ser preservados, ao máximo, da violência da guerra. Este conceito, conhecido como *Narrow PoC*, pode ser encontrado no Direito Internacional Humanitário, tanto nas Convenções de Genebra (1949) quanto nos seus protocolos adicionais (1977). Ademais, na Bósnia (1995), além das forças militares, novos atores passaram a empreender ações em prol da *PoC*, caso das agências humanitárias que operaram em resposta a falta de comida e de infraestrutura na região, desenvolvendo uma segunda perspectiva, a *Broad PoC* (Breakey et al. 2012).

Consequentemente, fruto dos genocídios ocorridos em Ruanda (1994) e Srebrenica (1995), a comunidade internacional aprofundou o debate acerca da proteção de civis, instigando ações multinacionais para desenvolver respostas que mitigassem a recorrência daqueles cenários. No preâmbulo deste debate, ainda em 1994, o *United Nations Development Programme (UNDP)* apresentou o conceito da Segurança Humana, concebido como uma abordagem integral e multidisciplinar da segurança do indivíduo, integrando sete dimensões: econômica, alimentar, sanitária, ambiental, física, comunitária e política (United Nations 1994).

A seguir, em 1998, a temática ganhou força no relatório do Secretário-Geral da ONU intitulado "*The causes of conflicts and the promotion of durable peace and sustainable development in Africa*", no qual Kofi Annan evidenciou a perspectiva da *PoC* como um imperativo humanitário. Em especial, os dividendos do debate se concentraram no escopo de dois documentos: *Secretary-General's first report to the Security Council on the protection of civilians in armed conflict (1999)*; e *Report of the Panel on UN Peace Operations/Brahimi Report (2000)* (Breakey et al 2012).

Em 1999, o Conselho de Segurança da ONU, pela primeira vez na história, inseriu a tarefa de "proteger os civis contra ameaça iminente de

violência física" em um mandato – a missão de paz em Serra Leoa. Desde então, a organização passou a evocar o Capítulo VII[3] da Carta das Nações Unidas para configurar mandatos de proteção de civis (Lilly 2012).

Já em 2005, o *Inter-Agency Standing Committee* – fórum dos parceiros humanitários da ONU e de outras agências – estabeleceu o mecanismo denominado *Cluster Approach,* visando harmonizar o esforço interagências. Ademais, foi configurado o *Global Protection Cluster*, presidido pelo *UN High Commissioner for Refugees*, considerando que o influxo de deslocados internos, de refugiados e as crises humanitárias podem ser deflagradas no contexto de emergências complexas, nas quais o Estado é incapaz ou não está disposto a proteger os civis (Francis, Popovski e Sampford 2012).

Avançando, em 2008, o *UN Department of Peacekeeping Operations (DPKO)* e o *Department of Field Support (DFS)* lançaram o documento intitulado *UN DPKO and DFS Principles and Guidelines*, identificando a proteção de civis como tarefa central à manutenção da paz. A seguir, a operacionalização da *PoC* veio em 2009, após um estudo consolidado sob a forma de Relatório do Secretário-Geral da ONU. O documento acolheu cinco prioridades para a *PoC*: assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes do Direito Internacional; reforçar o cumprimento de tais obrigações por parte dos grupos armados não estatais; fortalecer o papel das missões de paz; otimizar o acesso humanitário; e ampliar a responsabilização por violações humanitárias (Williams 2013).

Já em 2010, aprofundando a operacionalização, o *DPKO/DFS* lançou o *PoC Operational Concept*, introduzindo a abordagem denominada *Three-tier Approach*. Sob este prisma, as missões de paz deveriam formular as suas estratégias de proteção de civis, sinergicamente, em três níveis – a proteção por meio do diálogo e/ou engajamento político; a proteção física *per se*; e a proteção por meio do estabelecimento de um ambiente estável – observando que:

> *A ligação entre a proteção de civis e os mandatos de manutenção da paz é central. Em primeiro lugar, a segurança dos civis é fundamental para a legitimidade e credibilidade das missões de manutenção da paz. Em segundo lugar, a proteção de civis é um componente crítico para uma paz política sustentável (Holt, Taylor e Kelly 2010).*[4]

Ademais, observou-se a contínua implementação da Política de Proteção de Civis, instrumentalizada no âmbito de doze missões de paz que, já em

3 Trata das ações relativas às ameaças à paz, às violações da paz e aos atos de agressão.

4 Traduzido pelos corretores da RBEA.

2012, eram demandadas com a tarefa de proteger civis nos seus mandatos. Neste escopo, foram contempladas as missões: no Burundi, na República Central Africana, no Chade, na Costa do Marfim, na República Democrática do Congo, no Haiti, no Líbano, na Libéria, em Serra Leoa, no Sudão e no Sudão do Sul (Lilly 2012).

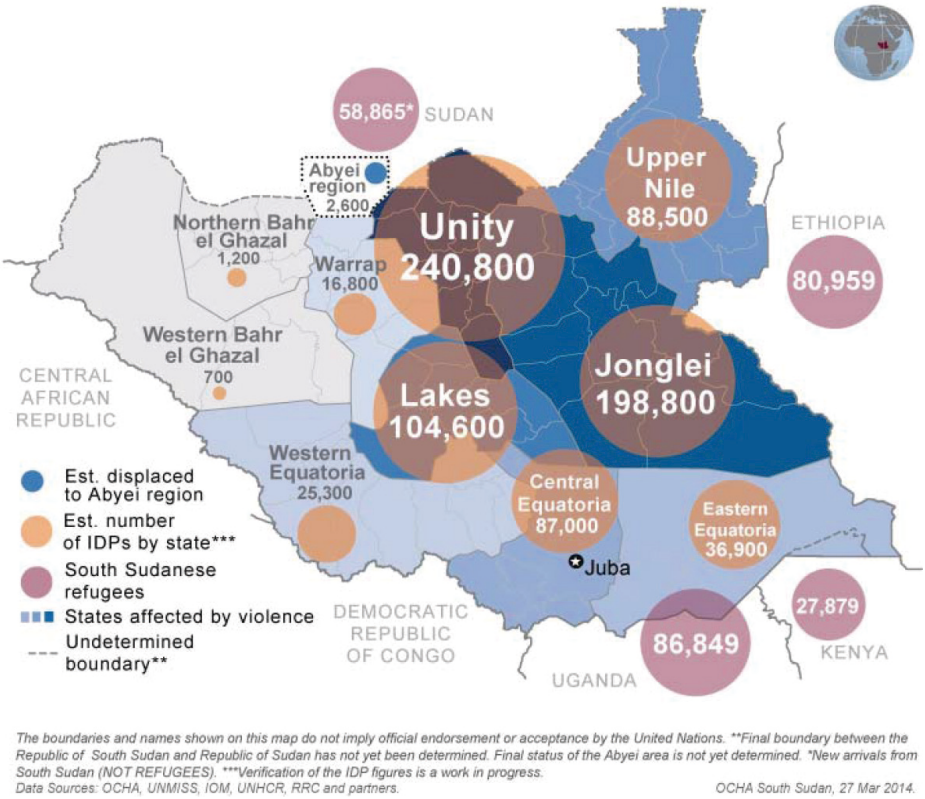
Finalmente, em 2015, foi emitida a Política do *DPKO/DFS* acerca da proteção de civis, trazendo a primeira revisão do *PoC Operational Concept* (2010) e indicando às diversas missões a necessidade de customizar estratégias próprias, empregando a abordagem do *Three-tier Approach*, à luz das peculiaridades de cada espectro conflitivo: socioeconômicas, políticas e culturais. Neste sentido, Copeland (2012) destaca que a abordagem militar para *PoC* envolve ações cinéticas e o emprego de aparato bélico para impor a segurança e estabelecer um ambiente pacífico. Por seu turno, Macdermott e Hanssen (2010) indicam que a abordagem dos atores humanitários para *PoC* oferece um conjunto de ações ligadas às dimensões da segurança humana. Logo, para alinhar tais abordagens, a proteção de civis deve contar com uma estratégia integral, conectando os componentes da missão. Em suma, a proteção de civis é um esforço multidisciplinar, considerando que as áreas de conflito são repletas de ameaças à segurança humana, variando da não observância de Direitos Humanos, passando pela falta de estamento governamental e culminando com a violência física.

A ruptura política e os efeitos para segurança humana (2014-2018)

Encerrando o ano 2013, no Sudão do Sul, uma guerra civil irrompeu quando o Presidente Salva Kiir acusou o então Vice-presidente Riek Machar de conspirar para derrubá-lo. Naquele momento, facções rebeldes do *SPLA*, leais a Machar, tomaram o controle de várias cidades do país, fazendo eclodir embates com as tropas do *SPLA*, leais a Kiir (BBC News 2018).

Neste cenário, Rolandsen et al. (2015) relatam que os embates se instauraram em Juba e se espalharam pelo país, levando a população a buscar proteção nas diversas bases da *UNMISS*. Em face da violência, milhares de civis foram mortos ou fugiram das áreas conflitivas. Em particular, dois militares e vários civis foram mortos durante um ataque perpetrado por uma facção contra a base da ONU na região de Akobo, estado de Upper Nile, próximo à fronteira da Etiópia (figura 1). Nesta dinâmica, as forças armadas de Uganda intervieram em apoio ao Governo de Salva Kiir.

Figura 1 – Deslocados internos e refugiados (março de 2014).



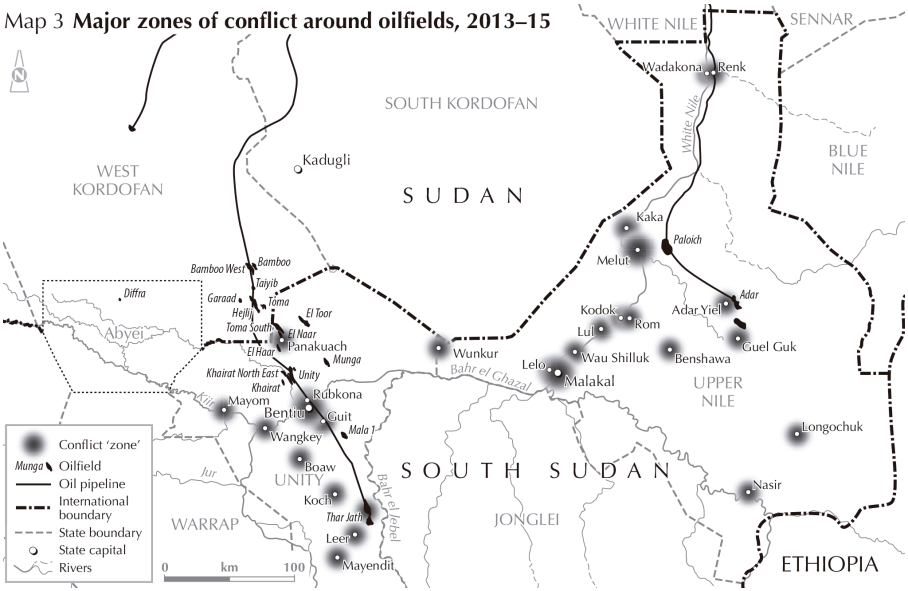
Fonte: UN (2014a).

Aplicando o *process tracing*, observou-se que o mês de dezembro de 2013 representou um ponto de ruptura nas condições da segurança humana. Desde então, a *segurança física* foi profundamente afetada, uma vez que a população passou a ser vítima dos efeitos perversos da violência perpetrada pelas partes em conflito. Como resultado, tanto o número de deslocados internos quanto o número de refugiados oriundos do Sudão do Sul, cresceu de forma contundente (United Nations 2017b).

Neste diapasão, ao final de 2013, estruturou-se a facção denominada *SPLM in Opposition (SPLM-IO)*, idealizada como instrumento de contestação ao Governo de Salva Kiir, sendo liderado por Riek Machar. O movimento foi composto por uma série de grupos políticos e étnicos, contando com a cúpula da classe política Nuer (no exílio) e um braço armado, assentado nas *heartlands* da etnia nos estados de Jonglei, Upper Nile e Unity (figura 1).

Em especial, James (2015) relata que um dos redutos de apoio a Machar estava localizado perto do campo petrolífero Thar Jath, estado de Unity (figura 2), palco dos combates iniciais, em dezembro de 2013, quando a 4ª Divisão do *SPLA* se amotinou, liderada pelo General James Koang. Como consequência, a operadora dos campos petrolíferos, *Greater Pioneer Operating Company*, foi forçada a encerrar a produção (retomada no início de 2013, depois de cessada a atrição com o Sudão).

Figura 2 – Focos de conflito e campos petrolíferos (2013-2015).



Fonte: James (2015, 39).

Neste cenário, o petróleo tornou-se um aspecto crucial no conflito, tanto para Kiir, que dependia da receita do petróleo para manter a sustentação do exército e do governo, quanto para Machar, que buscava fortalecer o seu papel político-militar ao contestar o Governo de Salva Kiir.

Em janeiro de 2014, em uma tentativa de reaproximação, foi assinado um cessar-fogo entre o Governo e o *SPLM-IO*. Contudo, o compromisso foi quebrado várias vezes nas semanas seguintes, implicando em uma nova rodada de negociações em fevereiro de 2014. Apesar da nova tentativa, as conversações foram infrutíferas e os embates foram retomados, fazendo com que mais de 1 milhão de civis passassem à situação de deslocados internos até abril de 2014 (BBC News 2018).

Alertas às receitas do petróleo, ainda em março de 2014, as tropas do *SPLA* retomaram os campos petrolíferos de Unity e Toma South (figura 2). Entretanto, as limitações advindas da segurança e do acesso à região, somados aos danos causados à infraestrutura de exportação pela paralisação de dezembro de 2013, impediram a retomada da produção de petróleo (James 2015). Ainda, na região de Unity, em abril de 2014, os relatórios da ONU evidenciaram que grupos armados pró-Machar saquearam a cidade de Bentiu (figura 2), espraiando a violência na região.

Fruto deste cenário, em maio de 2014, o Conselho de Segurança da ONU aprovou a Resolução nº 2155 e renovou, por mais um ano, o mandato da *UNMISS*. A resolução demandou o restabelecimento das negociações entre o Governo e a oposição, além do cumprimento dos acordos assinados em janeiro de 2014. Ademais, expressou a prontidão da ONU para empregar as medidas necessárias contra aqueles que viessem a ameaçar a paz e estabilidade (United Nations 2014b).

Simultaneamente, na arena internacional, ocorreu a pressão do Conselho de Segurança, exigindo uma solução definitiva para o conflito. Assim, em agosto de 2014, em uma nova tentativa de distensão, as conversações de paz foram retomadas por meio da mediação do Governo da Etiópia, em Adis Abeba. Contudo, as rodadas de negociações se arrastaram por meses, enquanto a guerra civil seguia em curso, impactando milhares de civis (Center for Civilians in Conflict 2015).

Perseguindo a receita petrolífera, em abril de 2015, as tropas do *SPLA* iniciaram uma nova ofensiva para retomar a Cidade de Bentiu do *SPLA-IO*. Na ocasião, Salva Kiir evidenciou os planos do governo para reiniciar a produção petrolífera, mas não houve progresso (James 2015).

Finalmente, em agosto de 2015, depois de vinte meses de violência, o Governo e o *SPLA-IO* assinaram um acordo de paz, intermediado pela *Intergovernmental Authority on Development (IGAD)*[5]. Contudo, em que pese o diálogo entre as partes, James (2015) aponta que o acordo foi frágil e as aspirações que o mesmo incluiu para melhorar a gestão do petróleo careciam de mecanismos de fiscalização mais robustos. Consequentemente, as regiões petrolíferas continuariam a ser um ponto central de fricção, seja política ou militar (Rolandsen et al. 2015).

Já em abril de 2016, como resultado do acordo mediado pela *IGAD*, Machar retornou para Juba e foi empossado como primeiro Vice-Presidente no âmbito de um governo de coalizão. Contudo, já em julho de 2016, foi

5 Trata-se de um bloco comercial criado em 1986, com base na África Oriental, incluindo: Djibouti, Eritreia, Etiópia, Somália, Quênia, Uganda, Sudão e Sudão do Sul.

demitido depois da ressurgência dos embates e da suspeita, por parte de Kiir, do seu envolvimento nesta situação. Como consequência, Machar deixou o Sudão do Sul e voltou ao exílio, destruindo a perspectiva da paz em curso (BBC News 2018).

No recrudescimento deste impasse, em julho de 2016, ocorreu uma intensa onda de confrontos em Juba, incluindo ataques contra civis, bem como contra pessoal e material da ONU. A situação gerou a instauração de uma investigação por parte do Secretário-Geral e, como consequência, em novembro de 2016, a ONU demitiu o *Force Commander* da *UNMISS,* General Johnson Mogoa (queniano), pela incapacidade da missão em proteger os civis durante a onda de violência. Como resposta, o Governo do Quênia retirou suas tropas da *UNMISS*.

Já em dezembro de 2016, monitorando o recrudescimento do conflito, uma Comissão de Direitos Humanos da ONU reportou a ocorrência de um processo de limpeza étnica em várias regiões do país, sendo tal alegação negada pelo Governo. Em 12 de janeiro de 2017, o número de deslocados em busca de um refúgio, junto às bases da missão, já somava mais de 224.000 civis (UN 2017a).

A seguir, em fevereiro de 2017, agravando o cenário, ocorreu uma crise alimentar gerada pela falta de itens básicos, abarcando várias regiões e espalhando a fome no seio da população. A ONU apontou tal situação como uma catástrofe humanitária provocada pela guerra civil e pelo colapso econômico, fragilizando a população e retardando o desenvolvimento esperado (United Nations 2016).

Aplicando o *process tracing*, no que se refere à *segurança alimentar*, o conflito doméstico representou um desafio à manutenção do fluxo de alimentos e de itens básico. O *African Development Bank* (2018) indicou uma queda expressiva na importação de bens e serviços no período 2014-2016 e uma tendência de retomada das importações a partir de 2016, já alavancada pelas tentativas de distensão. Tal situação implicou em crises alimentares, além do aumento das ações de contrabando de itens alimentícios, cujos preços subiram vertiginosamente. Como consequência, a população, em especial os deslocados, passou a depender do apoio ofertado pelo *Protection Cluster*.

Avançando no *process tracing*, verificou-se que a segurança alimentar estava associada à *segurança sanitária*, que não apresentou melhora até 2015, sendo que apenas 6,7% da população do país dispunha de acesso às redes de esgotos e latrinas, segundo o *African Development Bank* (2018). A situação de saneamento foi agravada pela sobrecarga da, já incipiente, estrutura de saúde do país, devido ao grande influxo de feridos e mortos advindos do conflito.

Assim, a *UNMISS* e o *Protection Cluster* foram essenciais para mitigar a debilidade da segurança sanitária, ativando projetos de impacto rápido, que respondessem às demandas médicas e de saneamento básico.

A seguir, em maio de 2017, fruto da pressão internacional e do diálogo promovido pela *UNMISS*, Salva Kiir declarou um cessar-fogo unilateral, instigando uma reconciliação nacional no intuito de encerrar um conflito que já alcançava três anos. Neste contexto, aplicando o *process tracing* sobre a perspectiva *segurança comunitária*, verifica-se que a vontade de unificar o país já vigorava desde 9 de julho de 2011, sob a égide da Lei de Nacionalidade, conferindo o direito automático de cidadania a todos os indivíduos com um dos progenitores, avós ou bisavós nascidos dentro do território do Sudão do Sul. Contudo, Ensor (2015) destaca que a jovem nação é apenas um pouco mais do que uma expressão geográfica, uma vez que contém mais de 60 grupos culturais e linguísticos, cada um tendo um senso de cidadania mais forte em suas tribos do que na nação. Ainda, a relação tensa entre a juventude e o governo tornou-se um motivo de preocupação, fruto da frustração acerca das respostas do governo às necessidades dos jovens. Neste diapasão, a mulher passou a ter um papel essencial na segurança comunitária, ampliando a sua participação social e política, alcançando 28,5% dos assentos do parlamento a partir de 2015, conforme os dados do *African Development Bank* (2018).

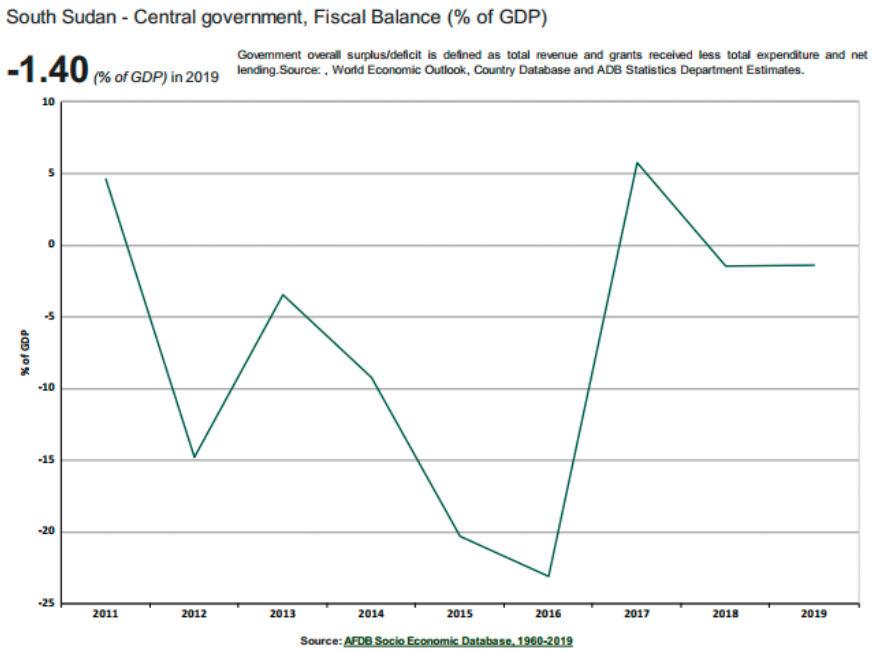
Pressionando pela reconciliação, no início de 2018, a comunidade internacional escrutinou o setor petrolífero do Sudão do Sul por sua suposta falta de transparência no uso das receitas estatais. Em especial, o Governo dos EUA impôs sanções econômicas aos atores do setor, no intuito de conter, tanto a corrupção de agentes oficiais, quanto o uso da receita do petróleo para financiar o conflito (Al Jazeera News 2018).

Finalmente, em agosto de 2018, Kiir assinou um acordo de compartilhamento de poder com Machar e outros grupos de oposição na tentativa de encerrar a guerra civil. O acordo previu o retorno de Machar ao governo, integrando um gabinete de coalizão, como um dos cinco vice-presidentes previstos. Com destaque, o acordo foi mediado pelo Sudão, interessado na produção petrolífera, uma vez que, com a independência do Sul, conforme negociado, o Sudão teria direito a mais de 3 bilhões de dólares em receitas de petróleo, dos quais 1,2 bilhão ainda eram devidos (BBC News 2018).

A seguir, o Sudão do Sul anunciou o reinício da produção no estado de Unity (figura 2), uma das cinco regiões petrolíferas estratégicas do país. Ademais, o governo buscou aumentar a produção petrolífera do estado Upper Nile (figura 2) para 200.000 barris por dia. O propósito era elevar a produção nacional, de 130.000, para 300.000 barris por dia, incrementando a receita

em 5 bilhões de dólares e, assim, compensando os mais de 4 bilhões de dólares perdidos desde dezembro de 2013.

Figura 3 – Balanço Fiscal do Governo Sudão do Sul.



Fonte: African Development Bank (2018).

Aplicando o *process tracing*, observou-se que a *segurança econômica* no Sudão do Sul no período 2014-2018 foi impactada por mais uma interrupção na produção petrolífera, tendo em vista a espiral de violência que tomou conta do país. Assim, mesmo com a produção petrolífera parcialmente retomada em março de 2014, a segurança econômica do país ficou fragilizada, uma vez que várias empresas optaram por encerrar as suas operações. Como consequência, o *African Development Bank* (2018) identificou um déficit fiscal no período 2014-2016 (figura 3), impedindo o estabelecimento de um orçamento estatal, sendo que em 2016 a situação começou a indicar uma melhora, fruto do acordo firmado em agosto de 2015.

Ainda na dimensão econômica, a degradação foi ampliada pela pobreza, pela falta de infraestrutura básica, pela violência intertribal e, em especial, pela corrupção. Neste contexto, nos sete anos antes do início da

guerra civil (considerando a produção de 2006 até 2013), o petróleo trouxe mais de 13 bilhões de dólares em receita. Contudo, estima-se que mais de 4 bilhões de dólares foram roubados desde a independência. Como exemplo, ainda em maio de 2012, Salva Kiir teve que escrever a 75 funcionários do alto escalão do governo exigindo o pagamento de recibos de petróleo roubados, oferecendo anistia em troca (Cust e Harding 2013).

Assim, a corrupção é percebida como o maior impeditivo ao desenvolvimento, sendo essencial que o Sudão do Sul envolva a sociedade civil e os meios de comunicação na ativação de estratégias anticorrupção. É necessário estar alerta aos danos que a corrupção pode causar e, até mesmo, o quanto ela pode impedir que se obtenha uma solução para o conflito. Caso contrário, os seus efeitos poderão prorrogar a instabilidade, a frustração nacional e a violência, uma vez que o processo corruptivo tem o potencial de degradar a legitimidade das instituições (Riak 2013).

Fruto do exposto, aplicando o *process tracing*, no campo da *segurança política*, o período 2014-2018 concentrou desafios institucionais em face das restrições na construção de estruturas de governança. As instituições foram criadas a partir do zero, enquanto novas legislações e políticas ainda são discutidas. Em especial, o país segue na revisão de sua constituição de transição com o objetivo de obter uma constituição permanente. Um dos impasses tem sido se a constituição deve conter dispositivos que contemplem o compartilhamento de poder, e se devem ser formais ou informais. Por outro lado, há a percepção de que a constituição deve enfocar a descentralização, em que pese a preocupação de que o federalismo possa erodir a unidade nacional (Villiers 2014).

O novo desafio para a proteção de civis (2014-2018)

Desde a sua ativação, em 2011, o mandato da *UNMISS*, estabeleceu a possibilidade do uso da força para deter ameaças e proteger civis sob risco iminente de violência física. Na operacionalização deste esforço, foi implementada uma *Protection of Civilians Strategy* (United Nations 2012). Contudo, fruto do cenário advindo da ruptura política, o mandato da missão, que envolvia principalmente o apoio ao Governo do Sudão do Sul em prol da segurança humana e do desenvolvimento nacional, passou a lidar com a contingência de prover refúgio para civis encapsulados pelo conflito. Assim, o *modus operandi* até então adotado pela *UNMISS* foi contestado pelo recrudescimento do grau da violência no país, a partir de 2014, implicando na remodelagem da atuação dos seus componentes.

Fruto do conflito, dezenas de milhares de civis convergiram para as bases da ONU em busca de refúgio. Desde então, a *UNMISS* tem enfrentado uma situação diferente daquelas enfrentadas em qualquer outra missão de paz (United Nations 2015). A dificuldade de coordenação acentuou-se, principalmente em face das múltiplas contingências, sendo mitigada a remodelagem do *modus operandi*, priorizando o acolhimento dos civis nas bases da missão – *PoC Sites*[6].

Em especial, no que se refere à interação dos componentes da missão, o quadro caótico advindo da crise intensificou divergências entre os componentes civil e militar, principalmente no nível tático. Ficou evidente uma fragilidade de comando e controle para lidar com contingências, agravada pela dificuldade de acompanhar as ameaças em curso e pela imprecisão de indicadores acerca das ações responsivas implementadas. Assim, os componentes da missão foram desafiados a gerenciar a proteção, dentro e fora das bases da *UNMISS*, em um cenário de violência massiva[7].

A violência, embora de origem política, foi muitas vezes travada segundo linhas étnicas e, fora de Juba, concentrando-se em áreas rurais do estado do Upper Nile (figura 2). Em muitas ocasiões, civis foram alvejados deliberadamente, além de sofrerem violência sexual, deslocamento forçado, destruição de propriedades e roubo de gado. Fruto deste rol de ameaças, a remodelagem da *PoC Strategy* contemplou ações, responsivas e preventivas, nas dimensões – política, física e social[8].

6 Informação fornecida por *Experts* na *UNMISS* (setembro de 2018).

7 Informação fornecida por *Experts* na *UNMISS* (setembro de 2018).

8 Informação fornecida por *Experts* na *UNMISS* (setembro de 2018).

Na *dimensão política*, a proteção foi conduzida por meio da negociação de alto nível, envolvendo os atores da *IGAD*, estribados pela comunidade internacional. Ademais, os Governos dos EUA e da China, tanto isoladamente, quanto na ONU, exerceram um papel relevante para a distensão do conflito. *Pari passu*, desde 2014, o Conselho de Segurança tem prorrogado o mandato da *UNMISS* sucessivas vezes, sendo a última prorrogação válida até 15 de março de 2019. Além disso, demandou que as partes encerrassem as hostilidades e acenou o uso de todas as medidas cabíveis, incluindo o embargo de armas, contra os que se opusessem à paz (United Nations 2014b).

Adicionalmente, o Conselho de Segurança manteve os recursos humanos da *UNMISS* no teto de 18.983 integrantes, incluindo a força de proteção regional, de até 4.000 soldados. Da mesma forma, o Conselho tem solicitado ao Secretário-Geral que atue para acelerar a geração de ativos e de recursos para sustentar e otimizar a *UNMISS*, à luz de um orçamento de US$ 1.081.788.400,00.

Atualmente, sob a égide do Capítulo VII da Carta da ONU, o Senhor David Shearer (Nova Zelândia), *Special Representative of the Secretary-General,* e o General Frank Mushyo (Ruanda), *Force Commander*, têm avançado nas lides para tornar sinérgico o gerenciamento da proteção de civis e da distensão do conflito. Ademais, está em curso a preparação de uma força de proteção regional, autorizada a usar medidas de proteção robustas, para viabilizar a movimentação em Juba.

Já na *dimensão física*, em face da espiral de violência doméstica, a proteção foi obtida, na maior parte das vezes, por meio de ações reativas e preemptivas, visando ao estabelecimento de ambientes seguros, baseados na configuração de *PoC Sites* e do acolhimento de civis nas bases da missão. Consequentemente, a condução de ações cinéticas, preventivas e dissuasórias, passou a ser observada em menor escala, como um esforço externo às bases da missão (United Nations 2015).

Cabe salientar que o Sudão do Sul é um país do tamanho da França, com apenas 320 quilômetros de estradas pavimentadas e com 83% da população assentada em áreas rurais. Assim, inevitavelmente, grande parte das ações da *UNMISS* eram feitas por via aérea, particularmente durante a estação chuvosa que tornava as poucas estradas existentes intransitáveis. Contudo, o componente militar enfatizava que os ativos aéreos não eram suficientes para atender à demanda de proteção. Logo, a missão enfrentou óbices para projetar força nas áreas afetadas pelos conflitos, implicando no influxo de civis para os *PoC Sites* (Center for Civilians in Conflict 2015).

Ademais, o número de deslocados cresceu muito além do pior cenário visualizado. No estado de Bentiu (figura 2), o planejamento inicial para 2015 era de acolher até 75 mil pessoas, contudo, em agosto, o acampamento já tinha recebido mais de 110 mil pessoas e já planejava a contingência para lidar com 150 mil pessoas em outubro. Já no estado de Malakal (figura 2), o *PoC Site* deveria recepcionar até 20 mil pessoas, mas recebeu cerca de 50 mil deslocados. Contudo, mesmo em face das contingências recorrentes e da infraestrutura incipiente, tanto o *Protection Cluster* quanto a *UNMISS* foram capazes de abrigar um número expressivo de civis (United Nations 2015).

Por outro lado, a missão foi alvo de críticas com relação a sua velocidade de resposta, em parte devido aos recursos limitados e sobrecarregados, demandando maior participação da comunidade humanitária. Em especial, além das demandas de proteção externa, a segurança interna dos *PoC Sites* revelou-se um desafio ímpar. Neste esforço, o componente militar da missão era responsável por garantir os perímetros externos, enquanto o componente policial administrava a segurança interna, à exceção de incidentes que exigissem maior intensidade no uso da força[9].

Neste contexto, cabe evidenciar o episódio no *PoC Site* da Cidade de Malakal (figura 2), ocorrido em 17 de fevereiro de 2016, quando a violência irrompeu entre pessoas deslocadas de diferentes grupos étnicos e continuou até a tarde seguinte. Fruto da violência e de um incêndio no *PoC Site* – 35% dos abrigos foram destruídos, cerca de 65 pessoas foram mortas, 108 ficaram feridas e mais de 29 mil deslocados ficaram em risco. Ademais, houve indícios de que forças militares externas agiram na erupção da violência. A missão não respondeu à crise com efetividade, uma vez que na noite do incidente e na manhã seguinte, não fez parte da resposta em termos humanitários, atuando apenas na segurança física. A estrutura rígida da *UNMISS* impediu uma resposta eficiente, uma vez que os seus atores humanitários dependiam do aparato de segurança (Medecins Sans Frontieres 2016).

A seguir, retomando as ações preventivas, de abril a junho de 2015, a missão deflagrou a Operação Unity II, com o propósito de estabelecer um patrulhamento regular de longa duração, patrulhas aéreas e ocupação bases de operação temporárias no estado de Unity (figura 2). A operação evidenciou novas opções para proteção de civis nas suas áreas de origem, facilitando o acesso humanitário e, assim reduzindo o influxo para os *PoC Sites*. Contudo, as limitações logísticas têm prejudicado a realização deste tipo de ação (Center for Civilians in Conflict 2015).

9 Informação fornecida por *Experts* na *UNMISS* (setembro 2018).

De forma geral, na dimensão física, fruto do conflito, a violência passou a ser tolerada, levando casos de estupro e assaltos a não serem considerados graves. Como resultado, a segurança humana degradou-se, tornando o *modus operandi* de acolhimento dos civis nos *PoC Sites* a principal resposta da missão, que cada vez mais carecia de uma capacidade de proteção mais robusta[10].

Finalmente, na *dimensão social*, em face do cenário caótico, a proteção foi construída por meio de um esforço humanitário, nem sempre continuado, mas que buscou a integração das agências civis em prol da segurança humana. Neste sentido, os líderes da sociedade, bem como os civis acolhidos nos *PoC Sites*, reconheceram a importância das ações da missão. Em particular, ressaltaram que a escala dos crimes cometidos durante o conflito teria sido muito pior se a missão não tivesse acolhido os civis nas bases. Da mesma forma, fora dos *PoC Sites*, também foram obtidos êxitos na dimensão social: reintegração de crianças-soldado; remoção de soldados das escolas; e engajamento comunitário[11].

Por outro lado, ocorreram inúmeras dificuldades para modelar a dimensão social nos *PoC Sites*. A proliferação de armas e contrabandos implicou no surgimento de gangues e de criminalidade violenta. Como exemplo, no *PoC Site* de Bentiu (figura 2), havia 12 gangues diferentes, incluindo uma com cerca de 400 membros. Ademais, em setembro de 2015, fruto da decisão da *UNMISS* de fechar um dos *PoC Sites* da Cidade de Juba, ocorreu uma insatisfação de alguns membros da comunidade humanitária devido à maneira como a missão gerenciou a ação. Particularmente, o local era um caso único, em que população realocada consistia de estrangeiros. Logo, houve uma frustração por parte dos atores humanitários pelo fato de não terem participado do processo decisório acerca do fechamento da instalação e da gestão da sua população (Center for Civilians in Conflict 2015).

Fruto do analisado, observa-se que a *UNMISS* foi exposta a uma contingência que contestou o seu *modus operandi*. Neste cenário, inicialmente, a *PoC Strategy* acolheu uma postura reativa e, *pari passu*, avançou a uma postura preventiva, buscando a condução proativa da proteção de civis, juntamente com o *Protection Cluster* e outros atores humanitários.

Em suma, os desafios para uma proteção proativa são inúmeros: falta de ativos aéreos; riscos de ação elevados; incapacidade de garantir a evacuação de baixas; divergências entre os componentes da missão etc. Contudo, apesar de todos os óbices, a missão salvou vidas e, em muitos aspectos, teve um desempenho notável (Center for Civilians in Conflict 2015). Portanto, em que

10 Informação fornecida por *Experts* na *UNMISS* (setembro 2018).

11 Informação fornecida por *Experts* na *UNMISS* (setembro 2018).

pese a demora, a missão tem sido capaz de reestruturar o seu papel em face da mutação de cenários no Sudão do Sul, construindo valiosas lições para a segurança humana.

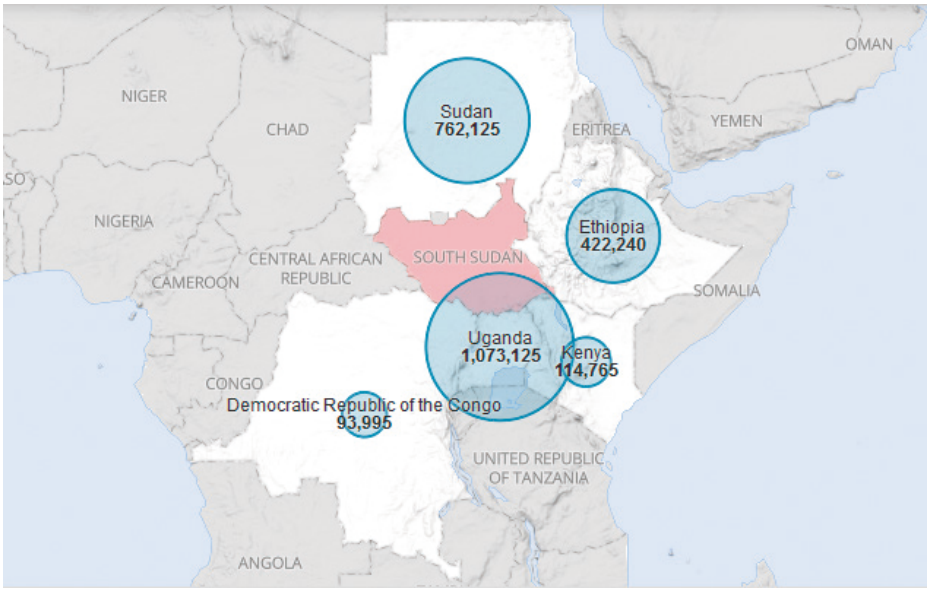
Aspectos Conclusivos

Este artigo examinou a ruptura política ocorrida no Sudão do Sul (2013), destacando os seus efeitos para a segurança humana, e analisou a resposta da ONU, no período 2014-2018. Em síntese, o período 2014-2018 caracterizou a ocorrência de uma guerra civil, assentada em uma disputa doméstica pelo poder que, por sua vez, implicou na interrupção na produção de petróleo, que só foi retomada, parcialmente, em março de 2014. A partir do acordo de paz de agosto de 2015, ocorreram rodadas de diálogo para distender o conflito, intermediadas, tanto pela *IGAD,* resultando no cessar-fogo unilateral promovido por Salva Kiir, em maio de 2017, quanto pelo Governo do Sudão, resultando no acordo de compartilhamento do poder de agosto de 2018, que segue em curso.

Neste espectro conflitivo, a *UNMISS* foi desafiada por um quadro de contingência, tendo a sua responsividade duramente impactada. Consequentemente, a missão teve de remodelar a sua *PoC Strategy* para mitigar as múltiplas ameaças no âmbito das dimensões política, física e social. Inicialmente, por meio dos *PoC Sites,* a missão adotou uma postura defensiva na condução da proteção dos civis. Progressivamente, após a ampliação dos seus recursos humanos e meios materiais, a estratégia contemplou ações para projetar força e proteger civis, fomentando uma postura preventiva e integrando ações do *Protection Cluster* e de outras agências humanitárias.

Mesmo assim, no período 2014-2018, a violência interna matou milhares de pessoas, devastou a economia do país e gerou milhares de deslocados internos, levando, até 31 de agosto de 2018, cerca de 2 milhões e meio de civis a buscar refúgio em países vizinhos (figura 4).

Figura 4 – Refugiados oriundos do Sudão do Sul (Dez 2013-Ago 2018).



Fonte: UN (2018).

Sob o prisma da segurança humana, fruto da resposta da missão, verificou-se que, tanto a segurança física quanto a comunitária, mesmo com limitações, foram sendo restabelecidas por meio da aplicação da *PoC Strategy*, impedindo a ocorrência de situações ainda mais graves (massacres e genocídios). Ademais, a estratégia modelou ações emergenciais para minimizar a degradação da segurança alimentar e sanitária, evitando o alargamento do quadro de fome e endemias. Porém, no que diz respeito à segurança econômica e à segurança política, as ações da *UNMISS* não foram expressivas, fruto de sucessivas interrupções da produção petrolífera e devido às inúmeras escaramuças políticas na relação entre Salva Kiir e Riek Machar. Do exposto, a investigação indicou a confirmação, parcial, da hipótese teórica de que "[...] no âmbito de uma missão de paz das Nações Unidas, a aplicação de uma estratégia de proteção de civis corrobora com a segurança humana na região de crise e/ou conflito".

À guisa de conclusão, enxergando a geopolítica do conflito, apesar da independência, o petróleo e a insegurança continuam sendo "duas faces da mesma moeda" no Sudão do Sul. Neste contexto, no espectros internacional, nacional e comunitário, é notório que a dinâmica do petróleo influenciou na insegurança do país, tanto direta quanto indiretamente. Portanto, para o Sudão do Sul, pode ser necessário considerar a modelagem de um arranjo

transitório, como o realizado na África do Sul, com um Governo de Unidade Nacional, ou como realizado na Nigéria, com uma exigência constitucional para que a composição do executivo reflita a diversidade do país. Em última instância, a partilha de poder, seja formal, informal ou combinada, tornar-se-á crucial para a sustentação da paz.

REFERÊNCIAS

African Development Bank Group. 2018. Africa Information Highway. "South Sudan". Disponível em: http://dataportal.opendataforafrica.org/apps/atlas/South-Sudan. Acesso em: 06 out. 2018.

BBC News. 2018. South Sudan profile. Timeline. "A chronology of key events". August 6, 2018. Disponível em: https://www.bbc.com/news/world-africa-14019202. Acesso em: 23 set. 2018.

Bennett, Andrew, and Jeffrey T. Checkel. 2015. Process Tracing: From Metaphor to Analytic Tool. United Kingdom: Cambridge University Press.

Breakey, Hugh, Angus Francis, Vesselin Popovski, Charles Sampford, Michael Smith, and Ramesh Thakur. 2012. Enhancing Protection Capacity: Policy Guide to the Responsibility to Protect and the Protection of Civilians in Armed Conflicts. Griffith: Griffith University.

Center for Civilians in Conflict. 2015. "Within and Beyond the Gates: The Protection of Civilians by the UN Mission in South Sudan". October 7, 2015. Disponível em: https://civiliansinconflict.org/publications/research/within-beyond-gates-protection-civilians-un-mission-south-sudan/. Acesso em: 10 dez. 2016.

Copeland, Thomas F. 2012, "Civilian Protection in the Eastern DRC: Evaluation of the MONUSCO Peacekeeping Operation". Thesis submitted in partial fulfillment of the requirements for the degree of Master of Arts in Security Studies, Naval Postgraduate School, Monterey, California.

Cust, James, and Torfinn Harding. 2013. "Oil in South Sudan: Implications from international experience". International Growth Centre (IGC), Working Paper. London: London School of Economic and Political Science.

Ensor, Marisa O. 2013. "Participation under Fire: dilemmas of reintegrating child soldiers involved in South Sudan's armed conflict". *Global Studies of Childhood* 3 (2): 153-162.

———. 2015. "Heirs of the world's newest nation: Contrasting rhetoric and realities of children as citizens and nation-builders in South Sudan". *Global Studies of Childhood* 5 (1): 47-58.

Evans, Gareth; Sahnoun, Mohamed. 2002. "The responsibility to protect". Foreign Affairs 81 (6): 99-110

Francis, A.; Popovski, V., and C. J. G Sampford. 2012. Norms of protection. Responsibility to Protect, Protection of Civilians and their interaction. UN: United Nations University Press.

Freitas, Jeane S. de. 2013. "Cruzando as Fronteiras: causas e consequências dos refugiados no Sudão do Sul". *Revista Política Hoje* 22 (2): 171-187.

Holt, Victoria., Glyn Taylor, and Max Kelly. 2010. Protecting civilians in the context of UN peacekeeping operations: successes, setbacks and remaining challenges. Independent study jointly commissioned by the DPKO and the OCHA. New York: United Nations.

James, Laura M. 2015. "Fields of Control: Oil and (In)security in Sudan and South Sudan". HSBA, Working Paper 40. Switzerland: Small Arms Survey.

Lilly, Damian. 2012. "The Changing Nature of the Protection of Civilians in International Peace Operations". *International Peacekeeping* 19 (5): 628-639.

Macdermott, Justin, and Måns Hanssen. 2010. "Protection of Civilians: Delivering on the Mandate through Civil-Military Coordination". FOI Swedish Defence Research Agency Defence Analysis. User Report.

Maru, Mehari T. 2014. Al Jazeera. Politics. "What does the future hold for South Sudan?". July 9, 2014. Disponível em: https://www.aljazeera.com/indepth/opinion/2014/07/what-does-future-hold-south-sudan-20147871006549 31.html. Acesso em: 10 dez. 2016.

Mbah, Fidelis. Al Jazeera News. "South Sudan: Oil revival to boost economic recovery". August 28, 2018. Disponível em: https://www.aljazeera.com/news/2018/08/south-sudan-oil-revival-boost-economic-recovery-180828071729069.html. Acesso em: 23 set. 2018

Medecins Sans Frontieres. 2016. "MSF internal review of the February 2016 attack on the Malakal Protection of Civilians Site and the post-event Situation". Disponível em: https://reliefweb.int/report/ south-su-

dan/msf-internal-review-february-2016-attack-malakal-protection-civilians-site-and.Acesso em: 06 out. 2018.

Olowu, Dejo. 2011. "Southern Sudan beyond Self-Determination: Lessons, Challenges and Prospects". *India Quarterly* 67 (4): 291-306.

Riak, M. M. 2013. "Reversing the trend of corruption in South Sudan: is Rwanda a suitable model?". *Journal of Developing Societies* 29 (4): 487-501.

Rolandsen, Øystein. H., Helene. M. Glomnes, Sebabasto Manoeli, and Fanny Nicolaisen. 2015. "A year of South Sudan's third civil war". *International Area Studies Review* 18 (1): 87-104.

United Nations. 1994. United Nations Development Programme. "Human Development Report". New York: Oxford University Press.

———. 2011. "United Nations Security Council Resolution 1996 establishing the United Nations Mission in South Sudan (UNMISS)". Disponível em: http://www.refworld.org/docid/ 4f1d3b322.html. Acesso em: 10 dez. 2016.

———. 2012. "UNMISS Protection of Civilians Strategy". Disponível em http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:qpGeE_01yKsJ:www.un.org/pga/70/wpcntent/uploads/sites/10/2016/01/PolicyBrief2015_4_Capacity_to_Protect_HildeF. Johnson.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 10 dez. 2016.

———. 2014a. Office for the Coordination of Humanitarian Affairs (OCHA). "South Sudan Crisis Situation Report No. 29". Disponível em: https://reliefweb.int/report/south-sudan/south-sudan-crisis-situation-report-no-29-27-march-2014. Acesso: 23 set. 2018.

———. 2014b. "United Nations Security Council Resolution 2155 extending the UN Mission in South Sudan". Disponível em: https://www.un-.org/em/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/ 2155. Acesso em: 10 dez. 2016.

———. 2015. United Nations Development Programme. "Human Development Report". Disponível em: hdr.undp.org/sites/default/files/2015_ human_development_report.pdf. Acesso em: 10 dez. 2016.

———. 2016. "Security Council Resolution 2304 extending the UN Mission in South Sudan". Disponível em: https://www.un.org/en/sc/documents /resolutions/2016.shtml. Acesso em: 10 dez. 2016.

———. 2017a. United Nations Mission in South Sudan. "UNMISS PoC Update n. 148". Disponível em: reliefweb.int/report/south-sudan/unmiss-poc-update-no-148. Acesso em: 10 mar. 2017.

———. 2017b. United Nations High Commissioner for Refugees. "South Sudan Situation". Disponível em: http://data.unhcr.org/ South Sudan/regional.php. Acesso em: 10 mar. 2017.

———. 2018. United Nations High Commissioner for Refugees. "Operational Portal Refugee Situations.South Sudan". Disponível em: https://data2.unhcr.org/en/situations/southsudan?id= 251#_ga=2.185107771453619448.1538814559-474590408.1537658907. Acesso em: 06 out. 2010.

Villiers, Bertus de. 2014. "Federalism in South Sudan - Options for Power Sharing in the Permanent Constitution". *Journal of Asian and African Studies*, 49 (6): 654-671.

Williams, Paul D. 2008. "Introduction". In: Security Studies: an introduction, edited by Williams Paul D., 1-12. London: Routledge

———. 2013. "Protection, resilience and empowerment: United Nations Peacekeeping and violence against civilians in contemporary war zones". *Politics* 33 (4): 287-298.

Yin, Robert K. 2001. Estudo de Caso: Planejamentos e Métodos. Trad. Daniel Grassi. 20 Ed. Porto Alegre: Bookman.

Resumo

Trata-se de um estudo de caso que examina o contexto da ruptura política ocorrida no Sudão do Sul (2013), destacando os seus efeitos para a segurança humana, e analisa a resposta das Nações Unidas, com enfoque na proteção de civis, no período 2014-2018. A investigação adota um desenho de pesquisa baseado em uma perspectiva qualitativa, operacionalizada por meio de um método hipotético-dedutivo. Como dividendos, são indicadas condicionantes a serem observadas na consecução de políticas e estratégias para mitigar processos de violência e atrocidades em massa.

Palavras-Chave

Sudão do Sul; Nações Unidas; Segurança Humana.

Recebido em 31 de março de 2019
Aceito em 23 de abril de 2019